

## Comentários sobre a revolução inglesa e a idéia de indivíduo

Aires José Rover

### Revolução inglesa - origem e evolução

#### A. Ação violenta

Prendo-me aqui na revolução inglesa, pois parto da hipótese levantada pelo professor Warat que nela estaria o germe de todas as outras de modo paradigmático, pois deu origem à forma de ver o mundo dominante no mundo atual agora.

A questão que se põe ao se analisar o problema do porque das revoluções e como pode ser possível uma causa fundada numa ação violenta, desde a mais sofisticadamente escondida até a mais disfarçadamente aberta, ter como efeito a constituição de uma sociedade dita livre e próspera, tendo em vista o pensamento de BARRINGTON MOORE JR. em as origens sociais da ditadura e da democracia? É sabido a tese clássica marxista que afirma estar o germe da violência no interior mesmo do sistema capitalista que se organiza a partir da dominação de classe, sendo este eliminado apenas com mais violência, a ditadura do proletariado que se utilizando do estado, destruir o mesmo, e portanto o maior representante da máxima violência burguesa. Surge então uma sociedade comunista onde o maior valor e a coletividade, ou seja, o princípio da igualdade prepondera sobre o da liberdade.

Ora, o mundo ocidental que nasce das revoluções inglesa, francesa e americana, instituem o mundo da liberdade tácita de todos na instituição do mercado, um espaço público econômico que determinará o lugar de cada um na sociedade e a igualdade de todos através da ficção do direito onde todos são iguais perante a lei, instância esta estruturalmente dependente da anterior, a econômica. Nos dois níveis passam a reinar uma figura inexistente no sistema feudal, o indivíduo, a manada constituidora da nova vida social.

#### B. Sociedade liberal

Para o início, parto da constatação primeira de MOORE que afirma que na Inglaterra a industrialização culminou numa sociedade que por longo tempo foi mais liberal. Para isso existem algumas causas importantes tais como

1. não ter havido complicações a nível externo à revolução,
  2. ser a classe dominante aristocraticamente tolerante,
  3. estar o estado numa situação de desvantagem (não tinha uma vasto aparelho represar organizado)
- face a atuação autônoma da sociedade que passou a ver no comércio uma atuação importante da coletividade e

4. 4-ter sido a igreja rapidamente destituída de seus poderes. Todos esses fatores fazem com que o resultado final seja um encaminhamento rápido para uma forma livre de atuação do indivíduo com bases numa estrutura econômica em que os valores comerciais de troca e domínio privado são dominantes.

### **C. Guerra civil e a liberação da economia**

A terra que no sistema feudal tinha um valor coletivo e social era regido sobre o mito do corpo que não pode ser partido sem causar sua própria morte, e a grande estrutura que passa a ser vista de modo diferente pelo outro elemento que passa a existir, o indivíduo, o comerciante, o burguês e seus valores fundados não na honra ou na moral social ou coletiva, mas nos valores apenas de troca. Tudo pode ser comerciável.

Essas mudanças se dão graças a uma guerra civil que se faz contra o estado e a igreja e não entre as camadas dominantes e dominados. Isso não quer dizer que os camponeses não tenham sido destituídos completamente de seus direitos sobre a terra, mortos ou expulsos, face o novo instituto da mesma, agora comerciável e concentrada nas mãos da antiga classe dominante de senhores, transformada como camaleão em comerciantes. Esta violência é a consequência mais elementar da guerra, uma guerra que institui o individualismo econômico. Foi este que aniquilou os camponeses e não aquela. A guerra em si teve de imediato a consequência de limitar o poder político do estado e da igreja, substituídos pelo poder econômico da burguesia e o poder político do parlamento. Diz-se por isso que a burguesia empreendeu uma guerra e não uma revolução pois não substituiu no poder a classe anteriormente dominante, tornando-o apenas um pouco mais transparente e acessível aos interesses burgueses, que se organizavam, limitando o poder econômico das classes superiores proprietárias de terra sem elimina-las ou arruina-las, visto que estas não tinham grande necessidade de se apoiar em alavancas políticas para manterem o nível de bem estar a que estavam acostumadas.

Esse "relativo consenso" entre as diversas classes em torno da possibilidade de avanço de um novo sistema econômico bem como de uma forma mais liberal de organizar a política, foi típico na revolução inglesa. Aquela classe que nos outros casos foi a grande perdedora, aqui apenas se adaptou à nova situação sem ter que apelar abertamente pela opção política do uso da violência. Decorreu apenas a violência "limpa e natural" quando de transformações sociais estruturalmente profundas e que dão origem a separações paradigmáticas na história. Neste caso, surge o indivíduo e com ele a separação entre o público e o privado.

## **O indivíduo**

### **A. A proletarização**

A revolução burguesa nomeou o indivíduo como seu agente principal, sujeito racional, capaz de empreender atividades econômicas, enfim, um sujeito diferenciado. Não era algum determinado por um lugar que passou a ocupar na sociedade, pela função que lhe foi imposta. Era um sujeito que tinha a possibilidade de se movimentar dentro do todo graças a sua liberdade. A base desse pensamento liberal, utópico inicialmente, politicamente exigia um Estado não interventor, movido por uma doutrina de *laissez faire*.

No âmbito teórico e formal mantiveram-se os ideais burgueses de liberdade e autonomia do indivíduo, considerado como um fenômeno geral e universal. Ocorre que, mesmo em face das utopias criadas a partir dessas idéias, crenças num futuro de não dominação do homem pelo homem, de um Estado que seria regido pela sociedade inteira, haja visto as incríveis possibilidades que as ciências econômica e administrativa forneciam, prescindindo de instâncias políticas para decisões, a situação material do homem, da humanidade piorava, na medida que a proletarização aumentava. MARX dizia que era necessário realizar a filosofia, ou seja, garantir que esses ideais fossem concretizados. Ora, a sociedade que estimulou o desenvolvimento do indivíduo, desenvolve-se agora, ela própria, afastando de si o indivíduo, a quem destronou. (ADORNO e HORKHEIMER, 1980, p. 55)

### **B. Autonomia**

HEGEL, por exemplo, crítico rigoroso da filosofia prática kantiana, afirma que a verdadeira autonomia consiste na unidade e compenetração da individualidade com a universalidade, um adquirindo realidade concreta com o outro. O ser para si representa uma fase importante do processo, mas deve ser superada, vencida, ultrapassada. Nesse sentido, ele trabalha o conceito de autoconsciência: a verdade da consciência do próprio eu, mas sua satisfação será alcançada através de outra autoconsciência: o indivíduo só chega a ser ele próprio quando se aliena, ou seja, trabalhado para satisfazer minhas necessidades satisfazendo as dos outros e a satisfação das minhas será possível pelo trabalho dos outros. A crítica que se faz a HEGEL, como a fez MARX, é ter tido uma visão idealista da relação entre sociedade e indivíduo, esquecendo ele das relações reais de dominação que se em nível de sobrevivência, cujo motor da história é a luta de classes.

### **C. Indivíduo e sociedade**

Indivíduo e sociedade se interagem e se tencionam. A compreensão disso é essencial. A idéia de que o indivíduo só atinge sua existência própria numa sociedade justa e humana, segundo COMTE, marca firme nessa relação, como ocorre com outros autores. Esses tipos de afirmações denotam uma forma de promover uma prática conflitante e contraditória, além de não possibilitar uma real transformação da realidade, visto que se pressupõe a existência de uma constituição para a realização do indivíduo, enquanto que no campo econômico este é obrigado a armar-se por todos os lados no intuito de maior lucros e prosperidade, numa clara separação entre vida pública e privada, entre moral e economia.

Verifique-se, portanto, que a sociedade tende a evoluir para uma inter-relação mais complexa entre os indivíduos, face à universalização a que tende a humanidade, onde qualquer modificação causa uma reação mais complexa. Esta formulação caracteriza o processo de socialização como um processo de integração e diferenciação em evolução constante, contraditórios mas não antagônicos.

### **Estado e sociedade**

A integração manifesta-se na formação de uma massa maior e no progresso dessa massa para uma coesão que se deve a estreita vinculação de todas as suas partes. (ADORNO e HORKHEIMER, 1980, p38)

A diferenciação, processo que ocorreu na primeira fase da revolução burguesa, tem a haver com a divisão do trabalho e a evolução da socialização.

Naturalmente que tais conceitos procuram refletir uma dada realidade e como tal não deixam de hipostasiar ou universalizar através de suas definições. Tais conceitos são historicamente determinados, pois caracterizam uma determinada época.

#### **A. O Estado moderno interventor**

Para se fazer uma análise da vida política, tem-se que levar em conta dois fatores ou melhor dois movimentos distintos e aparentemente contraditórios, que caracterizam em sua essência a moderna sociedade, quais sejam: a atuação do Estado e a atuação da sociedade.

O Estado moderno (governo + máquina pública) tende a tornar-se cada vez mais soberano quanto ao controle das decisões no âmbito da coletividade política. É nesse sentido que o cidadão antes de ser classificado como um agente com direitos e deveres, ocupando um espaço público, é tido como o sujeito catalogado pelo poder político, identificado por ele e da mesma forma, disciplinado. Vemos também que no setor social sua

presença é constante e exigida pela própria sociedade, haja visto a complexidade das relações que nela perpassam. Isso porque há um alto grau de diferentes interesses que se dão nesse espaço social que caracteriza todo um processo em busca de um mínimo de consenso, ou melhor, de administração do dissenso. Isso significa que as possíveis contradições que assolam essa sociedade são maiores na medida em que não tornam-se viáveis mecanismos eficazes para essa administração. Como dito, o Estado torna-se um desses mecanismos e sem dúvida o mais importante e o mais exigido. Por isso essas contradições exigem políticas de previdência e assistência social, por exemplo, que envolvem muitas e diferenciadas ações do Estado. Sua atuação também é prioritária, por incrível que pareça aos liberais, no nível econômico, cujas intervenções são permanentes e tem se alargado, tanto quando se investe na realização de atividades produtivas, geralmente monopolizadas, bem como quando age como árbitro e controlador de políticas tributárias, fiscais, financeiras, etc.

### **B. Diferenciação da sociedade**

O lado oposto dessa moeda é a sociedade civil, formada pelos interesses privados, sejam eles econômicos, culturais ou políticos. Nesse sentido, a complexidade dos interesses que perpassam esse espaço social dá o tom das relações que nele se formam, sendo necessariamente complexas. Hoje, a sociedade é caracteristicamente chamada sociedade de massas, dando-se ênfase nas dificuldades de se formular políticas que possam representar todas as diversas tendências. Mas isso não permite que se possa esquecer de que essa sociedade antes de ser um todo amorfo é constituída por blocos minimamente homogêneos e que assim se estruturam haja visto seus interesses eminentemente econômicos. Porém, não importando a ênfase que se dá, o fato é que a sociedade moderna se confronta consigo mesma, na medida em que exige maior liberdade de formulação das suas estratégias, mas ao mesmo tempo impescinde de uma entidade superior a ela ou que assim se coloca, para empreender um mínimo de ações que possibilitem a continuidade da vivência social. O Estado, portanto, numa ânsia de busca de garantir sua legitimidade participa prioritariamente na busca do consenso social, indispensável para a saúde das instituições e do poder em si mesmo.

### **C. A democracia**

É em face deste paradoxo que a democracia moderna tem se desenvolvido e tem sido defendida. Proclama ela a necessidade de se garantir espaços de atuação para os mais diversos grupos e os mais diferentes interesses individuais. Essa garantização passaria pela organização política empreendida pelo Estado, que como já foi dito, tende a se agigantar e, portanto a restringir o espaço social e individual. Eis o paradoxo. Mas, essa imprevisibilidade que pode até parecer uma irracionalidade política, exige um mínimo de racionalidade na garantia de um espaço simbólico para o diferente da sociedade, impedindo que se hierarquize. Assim,

liberdade e igualdade se interrelacionariam permanentemente, num processo sempre inacabado, e sempre exigente de uma ação de toda a diversidade social. No bojo dessa concepção, sem dúvida verifica-se a importância do indivíduo, este que hoje se encontra em grilhões por todos os lados, como já dizia ROUSSEAU.

### **O Estado e o indivíduo**

"É pois, legítima a transformação de cada cidadão, de algum modo, em homem de estado. Não nos podemos enclausurar em nossas ocupações profissionais, porque, no momento, a vida pública já não tem outros agentes senão a multidão de forças individuais."(DURKHEIN, 1980, p.98).

#### **A. O Estado**

O método teórico do autor citado privilegia o indivíduo face o fato social visto como coisa; tem-se clara a constatação de que a modernidade ou o mundo moderno se situa num movimento evolutivo cujas forças sociais dependem das individualidades que formam a sociedade. Por outro lado, o autor acrescenta que essa evolução passa necessariamente por um processo em que as sociedades ao se tornarem mais complexas, instituem ou modernizam suas instituições políticas, notadamente o Estado. Este surgiria soberano e superior à sociedade, como "centro organizador" da vida social, responsável por "elaborar representações e volições" que envolvem a coletividade, mas que não são obra desta coletividade. Teria portanto esse Estado um fim prático cujo meio teórico seria o "pensar". Este fim prático seria, portanto, o de dirigir a conduta coletiva. Note-se que esta é uma tendência ascendente, segundo o autor analisado, na medida em que tornam-se mais complexas as relações e estruturas sociais.

Este movimento para uma situação mais complexa que perpassa a vida social e que exige uma maior atuação e intervenção do estado, trás consigo uma forma de ver e criar o mundo individualista, fundada na base de uma sociedade atomizada e de massas. Aparentemente uma contradição: aumenta o individualismo; aumenta a intervenção do estado. Ora, essa intervenção pode tornar-se tirânica na medida em que o estado absorve toda a sociedade, ou seja, se identifica com ela. Ai o indivíduo não tem voz nem vez, ficando totalmente atomizado, sob o controle e disciplinamento do estado

#### **B. O Estado não violento (moral)**

Para Durkheim o estado não se fundamenta da coerção, necessária para manter um tipo de dominação tirânica. Da mesma forma a sociedade deve se organizar de tal maneira que permita a crescente participação do indivíduo na vida coletiva: isso se faria através dos grupos secundários.

Disto fica uma questão crucial: o estado modernamente constituído como cabeça organizadora e pensante do social utilizaria apenas o meio reflexivo e consensual para cumprir com sua função? Parece que o autor esquece o caráter coercitivo que historicamente constitui a atuação do estado, violência esta que, ao lado da busca do consenso, sempre foi uma forma de manifestação do poder. O estado não apenas age reflexivamente organizando os desejos sociais desarticulados como também a sociedade não apenas produz esses desejos e dessa forma. Esta sociedade também tem condições de organiza-los, como o estado age como o detentor do monopólio da violência e violência organizada. concepção individualista de DURKHEIN parte da idéia geral de que os homens no transcorrer de suas vidas possuem deveres uns para com os outros, seja por pertencerem a um grupo social determinado ou por pertencerem ao grupo mais geral ou universal, a humanidade. Esses últimos deveres, mais especificamente, formam em sua globalidade o que o autor chama de sensibilidade coletiva, perpassada por sentimentos que mudam de acordo com o espaço e o tempo, e que segundo aquela tendência para uma maior complexificação das sociedades, tenderia para uma sensibilidade mais individualista. Dentre esses sentimentos o autor busca exatamente aqueles que ele ou o sentimento moderno nomeia como humanistas, ou seja, os valores verdadeiramente humanos: vida e propriedade. Seriam valores universais que transporiam as fronteiras territoriais dos grupos e dos estados ou sociedades.

"Desde que o fim do indivíduo é o bem moral, e fazer o bem é fazer bem a outrem, é claro que esse ato, cujo efeito é privar o ser humano da existência (homicídio), isto é, da condição de todos os outros bens, deve, necessariamente, apresentar-se como o mais detestável de todos os crimes."(DURKHEIN, 1980, p101)

### **C. Fim moral do indivíduo**

Note-se que para DURKHEIN o homem é um ser moral e ético, ou seja, um ser que tem o interesse intrínseco de fazer o bem ao outro. Da mesma forma que elimina do conceito de estado o seu elemento político-coercitivo, o autor elimina do conjunto de interesses do indivíduo sua vontade de poder, de controle e domínio sobre o outro, o homem como uma animal essencialmente não egoísta, fato que toda uma literatura marxista demonstra ser irreal. A constatação de que o homem moderno nasce com a instituição de uma nova racionalidade dita instrumental, a seu serviço e por isso manipuladora das realidades que o rodeiam, está na base da explicação de toda uma história de dominação do homem sobre a natureza e por conseguinte do homem sobre o homem.

Paradoxalmente, na medida em que o processo histórico de dominação do homem pelo homem avança, a figura do indivíduo vai tomando cada vez mais o espaço antes ocupado pela coletividade. A realidade social demonstra o valor vida e o valor propriedade passam a ser centrais no conjunto do imaginário individualista da

sociedade. Naturalmente que, no contexto dado, toda e qualquer ofensa a esses valores será penalizada o mais duramente possível, seja religiosa, moral ou juridicamente.

É nesse sentido que a vida é condição primeira para que o indivíduo possa construir um espaço ao seu redor, construir o seu mundo. Dentro desse mundo estariam todos os bens a que se refere o autor e que dependem da existência física do indivíduo. Note-se bem que o maior valor aqui não é o coletivo e todos os interesses que se lhe acrescem. Este modelo individualista necessariamente prima pela institucionalização de todas as relações num espaço preponderantemente privado, onde os problemas e suas soluções se dariam de forma isolada.

Outro ponto que cabe ressaltar é o de que essa visão individualista de mundo não descarta ou elimina a visão moralista de mundo, muito pelo contrário. Na medida em que o indivíduo se assenta com mais firmeza no espaço social, mais ele em suas relações toma atitudes notadamente policialescas e disciplinadoras. Isso fica demonstrado nas análises que se tem feito sobre o protestantismo e o catolicismo, o primeiro notadamente individualista e marcado pelas atitudes morais enquanto que o segundo tem sua caracterização na valorização do mundo coletivo e num comportamento mais político (consciência coletiva) que moral (consciência internalizada no indivíduo).

É na explicação da evolução para esse individualismo que fica mais claro a essência do mesmo e o juízo de valor positivo que DURKHEIN assume quando afirma de que a humanidade caminha para tempos melhores na medida em que amadurece suas instituições. Ora, a história recente da humanidade não nos garante dessa direção, visto que situações em que as instituições exigiam maiores espaços e maior organização desembocaram em regimes políticos diretamente opostos ao ideal individualista, ou seja, os totalitarismos. Essa observação parece ser de importância crucial, visto que a partir dela não se pode pensar numa evolução sempre para frente e sem retrocesso da humanidade, mas que o homem está fadado a permanentemente programar e refazer suas ações políticas, na medida em que elas são por excelência.

#### **D. concepção individualista de mundo**

Quanto à concepção individualista de mundo cabe afirmar que a própria concepção de indivíduo nasce com a modernidade, isto porque é na modernidade que se organiza e institui um espaço onde as relações sociais e de produção econômica passam a dar maiores vantagens e garantias aos indivíduos. É nesse sentido que DURKHEIN verifica que onde os sentimentos coletivos são mais fortes, toda uma mística religiosa globalizante procura permanentemente dar legitimidade àquela situação. Isso significa que a revolução social e econômica



ocorrida no início da modernidade foi um empreendimento que destruiu toda uma construção cultural e religiosa (ideológico) fundamentada num corporativismo absoluto (econômico).

Destruiu-se a sociedade como coisa sagrada e divina a qual tudo est. subordinado; substitui-se o bem moral coletivo pelo privado que pressupõe a salvaguarda de todas as possibilidades que representam os indivíduos, tais como, a criatividade, o trabalho, a propriedade e riqueza e enfim, a vida.

A concepção que se destrói é aquela que leva em seu bojo uma idéia de poder absoluto que visa proteger o corpo social de todos os males. Assim, a guerra é vista como o instrumento por excelência de realização das virtudes dessa coletividade através de suas partes, que perdem sua vida mas ganham a eternidade. A violência contra a vida do indivíduo não é preocupação que mereça atenção dessa coletividade. Essa cultura moral estaria fundada ela mesma sobre a idéia de violência. Diz o autor analisado: "os deuses adorados são vivem das privações, dos sacrifícios, a que se obrigam os mortais...É de se conceber que semelhante educação deixe, nas consciências, aptidão a causar dor. Ademais, todos esses sentimentos são paixões muito vivas, e a paixão leva à violência. Tende a destruir tudo quanto a embarace e a detenha." (DURKHEIN, 1980, p.105).

Portanto, não se vislumbra em momento algum o agir político dessas sociedades, como algo positivo, fundadas que são numa participação do homem num espaço que é permanentemente político, restringindo-se-lhe a vida particular, econômica, a um espaço de tempo mínimo senão inexistente (caso grego, onde os escravos e as mulheres garantiam a sobrevivência dos cidadãos). Essa concepção individualista do mundo moderno destrói ou tenta destruir (isso fica claro em DURKHEIN) toda e qualquer possibilidade de violência, inclusive aquela que inconfundivelmente rege o mundo político: a coerção política.

### **E. Conclusão**

Ademais, de forma alguma o autor vê a possibilidade da violência ser um instrumento político que possa transformar uma situação de desigualdades perpassada por uma estratégia política de dominação de uma minoria sobre uma maioria. Desde que o indivíduo seja e ocupe o lugar central de um imaginário social que lhe dê garantias quanto a sua vida e a sua propriedade, legitimando uma estrutura baseada num estado de concorrência generalizado, é possível atribuir a essa forma de constituição de mundo como condizente com a humanidade; caso contrário, prendendo-nos a grupos, ou a coisas e símbolos desses grupos estaríamos nos prendendo "a objetos estranhos à humanidade e ao indivíduo."

Verifica-se, portanto, que a paixão regente desse mundo "não civilizado" é substituída na modernidade pela razão, cuja moral é uma moral regida por uma razão instrumental. Agora , uma nova visão de mundo

racionalizada se põe a legitimar um novo agir do homem no mundo, incentivando-se nele a criatividade, o desejo de conhecer mais, de produzir mais, enfim, de dominar mais. Por trás dessa forma de ver o mundo está uma vontade política de construir um mundo, material e privado. O espaço público que antes dominava agora é reservado a mera representação daqueles que estão muito ocupados com a produção para o mercado. A vida, bem como a propriedade, passam a ser mercadorias relativamente preciosas para o processo de produção e moralmente as mais fundamentais.

Florianópolis, 25 de setembro de 1990